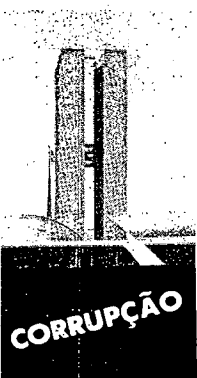


TCU fará devassa em licitações com empreiteiras



O Tribunal de Contas da União (TCU) vai realizar uma devassa nos contratos de licitações firmados pelos ministérios e empresas do Governo com as construtoras Queiroz Galvão, Tratex,

Andrade Gutierrez, CBPO, Cowan, C.R. Almeida, Servax e OAS. Baseado nas denúncias de desvios de recursos públicos feitas na CPI do Orçamento, o Tribunal quer levantar as fraudes que teriam ocorrido nos processos licitatórios envolvendo empreiteiras e órgãos do Governo. "Se ficarem comprovadas as irregularidades que estão sendo levantadas na Comissão de Orçamento, como o superfaturamento de obras, o TCU vai tomar as providências, com a aplicação de multas nos responsáveis pelas fraudes", explicou um assessor da presidência do Tribunal.

Foi o ministro Luciano Brandão quem decidiu pedir a devassa. Ele tomou a iniciativa depois de receber um pedido do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), que solicitou auxílio técnico do Tribunal para apurar os contratos de licitações. A primeira medida tomada pelo ministro foi solicitar à Comissão de Orçamento cópia da documentação comprobatória, que, conforme lhe explicou o parlamentar, "já demonstraram claramente o envolvimento das oito construtoras nos desvios de recursos públicos".

Luciano Brandão determinou à Secretaria de Auditoria do Tribunal (Saudi) que coordene "levantamento exaustivo, através das unidades técnicas do Tribunal, dos processos de qualquer natureza (contas, auditorias, inspeções, representações etc.), em tramitação no TCU referentes a certames licitatórios ou contratos de qualquer espécie". Solicitou também diligência, por meio do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo, dos processos a respeito da legalidade, legitimidade e economicidade de todos os contratos vigentes, de qualquer natureza (incluindo os prévios procedimentos licitatórios), firmados com as construtoras por órgãos e entidades da administração federal, direta e indireta, "bem como das administrações estaduais e municipais, este último em razão de transferências de recursos da União via convênios".

Procurador — O ministro também solicitou que a presidência do Tribunal peça informações ao procurador-geral da República, Aristides Junqueira, sobre os processos em curso ou concluídos referentes a denúncias de irregularidades ou fraudes em licitações ou contratos do setor público envolvendo as construtoras e as providências que foram adotadas. Na solicitação encaminhada ao Tribunal, o deputado Vivaldo Barbosa pede que "o TCU ajude a encontrar os caminhos legais para manter as oito construtoras afastadas de novas concorrências públicas, nos níveis federal, estadual e municipal, até que as investigações da CPI sejam concluídas".